

Nilson Cardoso: “Pibid e Residência Pedagógica dão sentido e significado à formação de professores”

Nilson Cardoso: “Pibid and Pedagogic Residence give sense and meaning to teacher training

Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros¹

O professor Nilson de Souza Cardoso, desde 2016, preside o Fórum de Coordenação do Pibid (Forpibid) que, mais recentemente, encampou também o Programa Residência Pedagógica, tornando-se Forpibid-rp. Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Ceará, mestre e doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação (Área de concentração “Formação de Professores”), na Universidade Estadual do Ceará. Atuando na licenciatura em Ciências Biológicas (UECE) e na Faculdade de Educação de Crateús (UECE / FAEC), é docente permanente do Mestrado Profissional em Rede em Ensino de Biologia (Profbio), na UECE. Integra o grupo de pesquisa Educação, Cultura Escolar e Sociedade (Educas). Defensor inarredável dos ganhos trazidos por esses Programas para a formação docente no nosso país, Nilson analisa o contexto atual e faz uma retrospectiva sobre os 12 anos de existência do Pibid.

REVISTA DO ICH: Explique-nos o que é o Pibid, política federal de formação, e quais os seus objetivos.

NILSON CARDOSO: O MEC lançou a proposta do Pibid em 2007 como uma política de iniciação à docência, destinada às Instituições de Ensino Superior no âmbito federal, com propósitos similares aos da iniciação científica. A ideia inicial era que essas ações compusessem as iniciativas em cada Universidade/Instituto Federal, porém, com as indefinições de início do programa e a ampliação do escopo de atuação da Capes, que passou a fomentar ações de formação inicial e continuada de profissionais da educação

¹ Professora do Departamento de Letras da PUC Minas; Colaboradora do Programa de pós-graduação em Letras. Titular da Coordenação Setorial de Produção Acadêmica e Publicações da Proex PUC Minas. Editora de Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão e da Revista do Instituto de Ciências Humanas. E-mail: evangela@pucminas.br.

básica e valorização do magistério, passou a compor as iniciativas da recém-criada Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB).

Desde 2009, passou a atender propostas de universidades públicas e em 2013 possibilitou o desenvolvimento dessa política em todas as IES públicas, comunitárias e privadas; nestas últimas, com restrição para bolsistas atendidos pelo Prouni, quando chegou ao seu ápice, com mais de 72 mil bolsas e a participação de 312 projetos institucionais, entre o Pibid e Pibid Diversidades, esse último destinada ao atendimento das especificidades das licenciaturas Intercultural Indígena, Quilombola e do Campo. Seu papel precípua é o aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica, com a inserção de licenciandos nos meandros dos contextos escolares, orientados por um trabalho colaborativo entre formadoras(es) e docentes da educação básica. Atualmente, compõe com o Residência Pedagógica a política federal de iniciação à docência.

REVISTA DO ICH: O Pibid - como foi constituído a partir de 2007 - é um Programa governamental cujas ações, potencialmente, são capazes de tangenciar os três eixos de atuação das Universidades - as de ensino, de pesquisa e de extensão. Isso acontece, efetivamente?

NILSON CARDOSO: A experiência e as evidências produzidas nessa primeira década do Programa comprovam que sim. Inegavelmente, há preponderância nas atividades de ensino, pela própria natureza do programa. Entretanto, a pesquisa funda toda a ação de planejamento e das intervenções nas escolas, seja na figura de quem coordena o processo formativo ou de quem realiza o acompanhamento dos discentes. Há, portanto, no Pibid a integração do binômio teoria-prática por meio da investigação, essa inter-relação é uma das marcas desse modelo formativo.

Essa relação ensino e pesquisa é que tem levado a presença marcante das experiências do Pibid na maioria dos eventos acadêmicos no País. Outra faceta do tripé universitário atingido pelo Pibid é a extensão, em especial, pela aproximação dos espaços de formação aos de atuação docente, uma relação universidade-escola tão reclamada há muito e que tem sido profícuo de integração com a sociedade, ultrapassando os muros institucionais, levando conhecimento e ações para escolas e seus entornos, mesmo que tangencialmente.

REVISTA DO ICH: Como você avalia o momento atual, em relação às possibilidades de construção de conhecimentos, nas três dimensões atinentes à Universidade, mencionadas anteriormente?

NILSON CARDOSO: O negacionismo e o anticientifismo parecem ganhar, a cada dia, espaço na sociedade que tem as maiores possibilidades de acesso à informação, uma inexplicável contradição. O acúmulo histórico de todo o conhecimento socialmente produzido parece não ser suficiente para uma parcela da população e reafirmar o óbvio passou a ser tarefa de quem faz ciência, uma lástima. Nesse sentido, os ataques às universidades, à sua pluralidade e à sua autonomia estão na mira dessa horda ultraconservadora que toma os espaços de poder nesse País. Trazem consigo a desqualificação da produção e socialização do conhecimento, o que nos atinge cotidianamente.

Vivemos um tempo complexo, marcado por ataque à profissão docente com acusações sobre o que se realiza nos cursos de formação, sobre as suas bases epistemológicas e referenciais e que busca reduzi-la a um apenas fazer. Sob todo esse contexto, a comunidade acadêmica precisa compreender que socializar o que se faz e se constrói é urgente! Se, por um lado, a virtualização dos processos educacionais pode nos fragilizar e figura como um elemento que amplia as desigualdades, por outro abre possibilidades para fazer divulgação do trabalho feito na Universidade. Temos visto isso com o aumento de *lives* e *webinários*, a exemplo do fez a Universidade Federal da Bahia (UFBA), colocando toda sua comunidade acadêmica dialogando com a sociedade por meio de um espaço virtual de interação.

Seguramente, essa será uma realidade cada vez presente nos nossos afazeres, só precisamos ter criticidade para que não se torne esse modo de socialização mais uma amarra para mais elemento do produtivismo! Tenho dito do meu receio que no futuro o Lattes tenha espaço para as *lives* de que participamos e *posts* que publicamos, para o número de *views* e *likes* que recebemos!

REVISTA DO ICH: Conte-nos um pouco sobre a constituição do Fórum Nacional de Coordenadores do Pibid e Residência Pedagógica - o Forpibid-rp - e quais os desafios superados ao longo desses anos.

NILSON CARDOSO: O Fórum surge de uma provocação da Capes, quando o Pibid deu um grande salto no número de bolsas, de instituições e quando ampliou seu campo de atuação, com o advento do Pibid Diversidade. Seria um espaço de interlocução entre a Gestão dos Programas na Capes com as Coordenações Institucionais nas IES e assim foi estruturado com essa perspectiva, iniciando sua organização no Encontro Nacional das Licenciaturas (ENALIC) de 2013, em Uberaba e a primeira Diretoria eleita em dezembro de 2014, no ENALIC de Natal-RN.

Em 2015, iniciamos nossas atividades efetivando o diálogo com a Capes, planejávamos realizar avaliações, discussões sobre objetivos e ampliação do Pibid e Pibid Diversidade. Entretanto, o cenário econômico mundial e o político nacional em crise começaram a atingir diversos avanços em direitos sociais e, neles, a Educação entrou no rol de contingenciamentos. O Pibid e o Pibid Diversidade passaram a ter sua continuidade questionada e, em maio de 2015, um anúncio de redução de 90% dos programas foi o estopim para que o Forpibid passasse a atuar na defesa dos programas de Iniciação à Docência.

Já nesse primeiro movimento, percebemos uma faceta importante do Fórum: a capilaridade de suas iniciativas. Sob o comando da Diretoria do Forpibid, Coordenadoras(es), Professoras(es), Bolsistas e outros sujeitos das Universidades e das Escolas aderiam às mobilizações, com apoio de todas as partes do País. Na primeira investida de um abaixo-assinado, somamos 45 mil assinaturas, e este passou a ser um dos nossos principais modos de manifestação. Dadas as experiências e as vivências de cada um(a) que compunha o Diretório Nacional do Forpibid, fomos avançando em outras formas de articulação, obtendo apoio de diversas entidades educacionais e logo chegamos ao Congresso Nacional e aos diversos parlamentos estaduais e municipais.

Nesse percurso de lutas, obtivemos apoio de diversos parlamentares com destaque ao Deputado Chico Lopes (PCdoB/CE) e a Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), que colocaram em tramitação um projeto de Lei que buscava institucionalizar o Pibid como uma política de Estado e uma frente parlamentar mista em prol do Pibid. As audiências públicas serviram de espaço para dar voz ao anseio coletivo: #ficapibid!

Assim foram em todos esses anos, desde 2015, servindo para pedir a continuidade, para denunciar ações e medidas que previam a mudança completa do escopo do Pibid e Pibid Diversidade, depois com a possibilidade de fim do Pibid por uma suposta modernização com a proposição de outro programa, o Residência Pedagógica. A nossa percepção sobre essa última foi a mais contundente possibilidade de fim.

Foi pela ampla mobilização nacional que obtivemos quase 318 mil assinaturas e duas grandes audiências na Câmara e no Senado e, como resultado, uma reunião com o Ministro da Educação à época, quando pudemos apresentar a proposta de coexistência do Pibid / Pibid Diversidade e Residência Pedagógica. Nossas articulações contaram com outros fortes apoiadores, como o Prof. Hélder Eterno da Silveira, quem fez igual proposição de coexistência em um encontro promovido pela Capes com Secretários e Gestores Educacionais de todo o Brasil, para apresentá-los o novo programa.

A ideia de coexistência, um atingindo licenciandos no início do curso e outro destinado aos estágios supervisionados, contemplando estudantes no final das licenciaturas, ganhou força e prevaleceu o movimento orquestrado na defesa do Pibid. Como consequência, Pibid e Residência Pedagógica alinharam-se em modelos pedagógicos e passaram a compor uma robusta política de iniciação à docência, sem, contudo, registrarmos algumas contradições.

O Residência Pedagógica sofreu no seu início com regras draconianas e que atingiam a autonomia dos cursos, aspecto em que recentemente observamos avanços. O Pibid Diversidade sucumbiu e as especificidades por eles atendidas foram perdidas. Novas regras para o Pibid colocaram à prova a conquista das suas ações, perdemos apoios financeiros e de pessoas, flexibilidade de organização e de atendimentos às diversas áreas da formação de professores.

Vive-se a pressão da adesão à BNCC, à nova Política de Alfabetização e foram retomadas áreas prioritárias. Recentemente, a continuidade dos programas também sofreu ameaças e, mais uma vez, a mobilização reforçou iniciativas da Capes no Parlamento, no sentido de reverter os cortes previstos para o orçamento de 2020. Em duas semanas levantamos mais de 90 mil assinaturas e apresentamos às comissões de Educação na Câmara e na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Senado, com efeito na recomposição no orçamento da Capes na ordem de R\$ 600 milhões, garantindo o lançamento de novos editais para o Pibid e Residência Pedagógica em 2020, porém com uma significativa perda de bolsas.

Avaliamos que essa trajetória de lutas só obteve algumas vitórias graças ao sentido e ao significado percebido pelos sujeitos que vivenciam essa experiência, dando-lhes exercício em uma dimensão pouco atingida na formação de professores, a política. Essa a principal conquista do Forpibid-rp (com o surgimento do novo programa, em dezembro de 2018, foi aprovada a ampliação de atuação Forpibid, abrangendo Pibid e Residência Pedagógica e a nossa sigla passou a ser Forpibid-rp).

REVISTA DO ICH: Na direção do Forpibid-rp desde dezembro de 2016, foi-lhe possível conhecer algumas das multifaces da formação docente em diversos estados brasileiros, flagrar forças e fragilidades das diferentes Instituições de Ensino Superiores (IES). Que aspectos, em sua visão, são mais relevantes?

NILSON CARDOSO: De fato, conheci inúmeras experiências em muitos Estados, por todas as regiões País, um panorama do que se faz no âmbito do Pibid e, recentemente, do Residência Pedagógica (RP). Um vasto leque de iniciativas desenvolvido por muitas Instituições de Ensino Superior e, em comum, destaco o que o Prof. Hélder Eterno alounhou de ‘Desenho Pedagógico do Pibid’ e que se estende ao RP. Esse é o grande diferencial desses programas e trata-se da aproximação efetiva, institucionalizada entre os cursos de licenciaturas/Instituições de Ensino Superior e a escola de Educação Básica permitindo tempos e espaços integrados à formação de professoras(es).

Em associação, a junção de sujeitos que pouco dialogavam nos processos de formação inicial, ou seja, a integração de formadoras(es) e docentes da educação básica, cada um(a) à sua expertise, e com intencionalidades pedagógicas marcadas aos seus fazeres e experiências, deram liga a esse amálgama que deve servir para repensar os modelos de formação de professores no Brasil.

António Nóvoa, há tempos, chama atenção para a necessidade de se trazer a profissão para dentro da formação e de modo muito evidente, essa congruência de espaços e interlocução de sujeitos promove esse reclamo. É esse movimento que tem dado sentido e significado à formação de professoras(es) no âmbito dos Programas. De certa forma, garantindo essa conexão sujeitos e espaços, chega-se a um processo de formação com mais reflexão e apropriação do que seja a docência, a escola, em especial a pública, tendo forte impacto com a identidade profissional.

Dados de investigações têm demonstrado isso, um estudo coordenado pela Prof.^a Marli André (PUC SP), envolvendo diversas instituições de ensino superior, revelou essa apropriação e identificação com a docência, além de comprovar, pelo menos no início da carreira, uma vinculação com a profissão, pois mais de 60% dos egressos do Pibid estavam atuando na educação básica e grande parcela dos outros 40% estavam em processo de formação continuada e/ou aguardavam oportunidade de colocação na profissão.

Inicialmente, pensa-se em ganhos apenas para os licenciandos, mas outro grande levantamento feito pela própria CAPES e pelas observações nessas andanças pelo Brasil, identifiquei que há impactos nos cursos de licenciatura, cuja experiência do Pibid marcaram as reformulações dos projetos pedagógicos e currículos, transformaram a compreensão do que seja ser professor(a) formador(a). Alguns colegas atuavam nas licenciaturas e nunca haviam voltado às escolas desde que saíram de lá como estudantes.

Essas experiências resignificaram as pesquisas, as ações de extensão desenvolvidas por essas(es) docentes, redirecionando-as para ações que envolvem a formação, escola, a educação e com isso, ampliaram a compreensão do que é formar professoras(es), extrapolando os limites das discussões pedagógicas, por vezes, circunscritas aos setores e departamentos de metodologia e prática de ensino, nos diversos cursos de licenciatura. É claro que esse é um caminho em construção, com maior efetividade em algumas IES e com iniciativas em consolidação em outras, mas o que chamo atenção é para a potência desse movimento que se espalhou por todo o país.

Parece haver uma contradição, pois ao lutar pela manutenção desses programas, tendo em vista as transformações e as vicissitudes que são de conhecimento de todas e todos, centra-se na oferta de bolsas para as(os) licenciandos como forma de perpetuar esse caminho. O indicativo é que, sem os programas, o que veio com o advento deles se perca, talvez e, por ora, em grande parte sim. A razão está na curta história de iniciativas como o Pibid e a Residência Pedagógica e nas dificuldades de fixar estudantes nos cursos de licenciatura, dadas as condições socioeconômicas de quem busca ser professor(a) neste país, repercutindo, quando da ausência de apoio, na permanência nas licenciaturas, no processo de evasão, tão característicos desses cursos. Ainda precisaremos de mais tempo com esse apoio, consolidando essas experiências até que elas estejam imbricadas aos processos formativos, independentes de ter ou não essa ou outra forma de apoio institucionalizado. Por outro lado, tal como acontece com a iniciação científica, com a monitoria, com a extensão e até mesmo o PET (Programa de Educação Tutorial, do MEC), penso que sempre será necessária a presença de projetos do Pibid e Residência Pedagógica nos cursos de licenciatura.

REVISTA DO ICH: Atualmente, o momento histórico de crise (pandemia, instabilidades sociopolíticas e econômicas, etc.) impõe grandes dificuldades aos professores e alunos das licenciaturas. De que forma isso impacta a formação dos estudantes das licenciaturas?

NILSON CARDOSO: Trata-se de uma grave crise, que se agudiza com a pandemia, mas que se inicia bem antes e com ataques vorazes sobre a autonomia, o papel e a relevância da docência. Historicamente, a desvalorização era marcada, em grande medida, pelo baixo reconhecimento social sobre as condições de trabalho e a remuneração, porém com relativo prestígio do valor social da profissão docente.

Em um processo orquestrado por forças conservadoras, passamos a ter questionamentos sobre nossas liberdades pedagógicas, ideológicas e de atuação, refletindo-se em projetos que miravam na autonomia de professoras e professoras, elementos com garantias constitucionais. Por ora, continuamos nos enfrentamentos, mas receio que essa investida agrave o cenário de baixo interesse pelo magistério como labor: a cada ano, menos jovens almejam a docência como profissão.

Como forma de ampliar o ataque, relativizar a importância da escola ou deturpar o que lá se faz entrou no rol das maldades e, com isso, projetos de escola domiciliar entraram em pauta, afinal quem não pode fazer o que professoras(es) desempenham em sala de aula, não é verdade?

De uma forma inusitada, o isolamento social, em função do combate à Covid-19, tem mostrado o papel da escola, das(os) professoras(es) e o quão complexa é a relação ensino-aprendizagem em suas diversas dimensões. Como responsável por duas crianças que vivenciam essa escola que se virtualizou às pressas, percebo o discurso que outrora relativizava a escola se esvair.

Por outro lado, com a pandemia formar professoras(es) ganhou novo desafio num contexto em que o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e de plataformas de aprendizagem se avoluma como única saída e podem representar risco às condições de trabalho e manutenção dessa profissão. Ao passo em que se modernizam, se dinamizam e se adequam ao cotidiano de crianças e jovens, o uso de equipamentos de acesso à internet (computadores, *tablets* e *smartphones*) e a educação mediada por eles e pelas TDIC (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação) parecem ser o nosso novo calcanhar de Aquiles.

Automatizar a figura da(o) docente passa a ser o risco iminente na educação básica, uma vez que no ensino superior esse tem sido, dia a dia, uma realidade presente, e a todo instante vemos notícias sobre demissões e ampliação de atendimento por mais e mais turmas *on-line*, em que professoras(es), passam a assumir um sem número de alunos. Portanto, ficamos entre o discurso da inovação e a atenção sobre os limites dos das tecnologias nos processos educacionais.

Não fosse a calamidade sanitária mundial, a possibilidade da precarização das condições de trabalho e a relativização da importância da docência, a formação de professoras(es) terá que enfrentar uma nova política implementada com as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que, alinhadas ao movimento de implementação da Base Nacional Comum Curricular, visam circunscrever a formação e, por conseguinte, a atuação ao que está prescrito na Base. Ou seja, o Conselho Nacional de Educação aponta para um pragmatismo reducionista da docência: só se aprende o que está na BNCC. Como se mobiliza pedagogicamente o que está na BNCC, a docência, além das competências socioemocionais, passará a dar conta de outros elementos que apontam para o utilitarismo da prática profissional, alinhando-a às políticas neoliberais e suas avaliações em larga escala. Um completo esvaziamento de conteúdos e reflexões, ampliação da responsabilização das(os) docentes frente à melhoria da “qualidade” da educação básica, enquadramento da formação em modelos padronizados e prescritos, diminuindo a diversidade e a pluralidade. A ordem, como nos diria Paulo Freire, é esperar para superar!